

Tema: Press Clippings				■	Âmbito: Nacional	Tiragem: 62042
Título: Parlamento Europeu apela a prosseguir investigações					Temática: Generalista	GRP: 3.3
2007/02/15	DIARIO DE NOTICIAS – PRINCIPAL	Pág.1	Imagem: 1/3		Periodicidade: Diaría	Inv.: 9598.13

Voos da CIA 2 e 3

**Parlamento Europeu apela
a prosseguir investigações**

Tema: Press Clippings				Ámbito: Nacional	Tiragem: 62042
Título: Parlamento Europeu apela a prosseguir investigações					
2007/02/15	DIÁRIO DE NOTÍCIAS – PRINCIPAL	Pág.2	Imagem: 2/3		
				Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

TEMA

[RELATÓRIO FINAL APROVADO ONTEM NO PARLAMENTO EUROPEU

Estrasburgo poupa Sócrates, Durão e Portas

O relatório final sobre os voos da CIA revelou-se bastante mais suave para Portugal do que inicialmente parecia desenhá-lo. O Governo Sócrates não “pôde” dar mais elementos – riscou-se o “não quis”. Críticas a membros do Governo Durão, como Paulo Portas e Figueiredo Lopes, que recusaram ser ouvidos, foram limpas do relatório final. Ana Gomes dispara

① Fernando de Sousa Estrasburgo



AP/Christian Lutz

Inquérito | Estrasburgo acabou por condenar os Estados membros que ignoraram os voos da CIA e apelou a investigações nacionais

O Governo português foi poupado às críticas mais fortes na versão final do relatório do Parlamento Europeu sobre os voos da CIA na Europa, ligados ao transporte ilegal de suspeitos para tortura em países terceiros.

O relatório final da comissão temporária do Parlamento Europeu, presidida pelo eurodeputado Carlos Coelho (PSD), foi votado ontem pelo plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, e mostrou-se, como se previa, mais moderado que as versões iniciais no que se prende com a actuação do Governo português.

No capítulo referente a Portugal, o relatório faz notar problemas nos contactos desta comissão temporária com o Governo, quando uma missão se deslocou a Lisboa em Dezembro passado, mas apenas considera que as autoridades “não puderam” responder a todas as questões levantadas. Na versão preliminar, aprovada em Janeiro, o relatório admitia que as autoridades portuguesas não tivessem “querido” responder a todas as perguntas. Esta referência

acabaria por ser retirada por proposta dos socialistas europeus.

Na versão preliminar, também se incluía uma referência ao Governo do então primeiro-ministro Durão Barroso, actualmente presidente da Comissão Europeia. Esta referência viria a ser eliminada da versão final. Foi igualmente retirado um parágrafo que lamentava a recusa dos antigos ministros da Defesa Paulo Portas e da Administração Interna Figueiredo Lopes de serem ouvidos pela missão que se deslocou a Lisboa.

A eurodeputada Ana Gomes viria

Foi retirado o parágrafo que lamentava a recusa dos antigos ministros Paulo Portas e Figueiredo Lopes de serem ouvidos

Relatório condena Estados membros por terem ignorado voos da CIA

O relatório do Parlamento Europeu condenou Estados membros da União por terem ignorado a ocorrência dos voos secretos da CIA, destinados ao transporte ilegal de suspeitos, alguns para locais onde poderiam ser torturados, sem estarem sujeitos a leis nacionais que proibissem esta prática.

Segundo o relatório, é improvável que os governos europeus não soubessem destas actividades utilizando os seus territórios, o que tem sido negado em diversas capitais. O Reino Unido, a Alemanha e a Itália incluíram-se num grupo de 14 Estados membros que terão estado, de alguma forma, envolvidos nesta questão.

É ainda pedido que os Estados membros da UE procedam a investigações complementares sobre as alegações feitas ao mesmo tempo que se pede o encerramento da pri-

a alegar que esta supressão se deveu a orientações do Governo português aos deputados socialistas, através da sua Representação Permanente junto da UE (Reper). Ana Gomes, igualmente socialista, comentou que esta alegada iniciativa mostra um Governo “a dizer que nada sabe e a pôr as mãos no fogo pelos governos de Portas e Barroso”.

Estas alegações foram desmentidas pela chefe da delegação do PS no Parlamento Europeu, Edite Estrela. Aquele eurodeputada indicou que votou a favor da referida supressão

para assegurar o “equilíbrio” do texto final relativamente a Portugal.

O próprio presidente da comissão temporária já tinha admitido que a versão inicial do relatório era “desequilibrada” em relação a Portugal. Apesar da retirada da referência a Paulo Portas, o CDS/PP votou contra a versão final do documento, com o dirigente daquele partido, Ribeiro e Castro, a considerar que havia “falta de objectividade” nas conclusões.

O relatório foi adoptado por 382 votos a favor, 256 contra e 74 abstenções. Um grande número de votos contra registou-se no Partido Popular Europeu, o maior grupo político no hemiciclo, onde se integram o PSD e o CDS/PP. Esta votação deveu-se, em grande parte, à posição de uma maioria de eurodeputados, com destaque para os dos novos Estados membros, que consideraram as conclusões, segundo Carlos Coelho, como um exercício de “antiamericanismo primário”.

Também tinham sido exigidas alterações a pontos sobre a Polónia, a Roménia e a responsabilização dos Estados membros, que o relator, Giovanni Fava, não aceitou.

A delegação do PSD, a que pertence Carlos Coelho, votou a favor do relatório. Apesar de o PPE ter votado em grande número contra o relatório, Carlos Coelho disse não se sentir isolado. O presidente da comissão temporária nota que ainda houve 70 deputados que não seguiram a linha geral do PPE e votaram a favor ou abstiveram-se. Por esse motivo, e também devido a referências individuais positivas ao trabalho da comissão, Carlos Coelho considerou ao DN “não ter razões para estar aprensivo”.

Apesar da diferença entre os votos a favor e contra ser ligeiramente mais apertada do que a verificada na aprovação do relatório preliminar, em meados do ano passado, Carlos Coelho considerou que existe “uma expressiva maioria do Parlamento Europeu” que transmite “uma mensagem política importante”.

O relatório exorta Portugal a investigar casos possíveis de indivíduos transportados ilegalmente pela CIA através de território português e mostra o seu apoio à abertura de um inquérito-crime em Portugal sobre esta questão, decidida no passado dia 5, pelo Ministério Público, liderado por Pinto Monteiro. A abertura das investigações judiciais foi decidida depois de o procurador-geral da República ter recebido informações de Ana Gomes e de um jornalista da *Vísão*. I

Tema: Press Clippings					Âmbito: Nacional	Tiragem: 62042
Título: Parlamento Europeu apela a prosseguir investigações					Temática: Generalista	GRP: 3.3
2007/02/15	DIARIO DE NOTICIAS – PRINCIPAL	Pág.3	Imagem: 3/3		Periodicidade: Diária	Inv.: n.a.

“[O Governo] está a dizer que nada sabe e a pôr as mãos no fogo pelos governos de Portas e Barroso”

ANA GOMES

“É preciso estarmos vigilantes para evitar que volte a verificar-se o que ocorreu nos últimos cinco anos”

GIOVANNI FAVA

“Uma expressiva maioria do Parlamento Europeu transmite uma mensagem política importante”

CARLOS COELHO

➔ Investigações Itália, Espanha, Alemanha e Roménia

O relatório votado pelo PE apela aos 27 governos da UE para que lancem investigações sobre actividades ilegais da CIA em território europeu, nomeadamente voos e prisões secretas. No entanto, existem já investigações a decorrer nalguns Estados membros, como a Itália, onde o procurador de Milão quer levar a tribunal os agentes da CIA que raptaram o imã egípcio Abu Omar em 2003 e, depois de o interrogar, o levaram para o Egito. O próprio imã, libertado domingo de uma prisão de alta segurança egípcia, pretende agora processar o ex-primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi.

Na Alemanha, um tribunal de Munique também emitiu mandados de captura contra os 13 agentes da CIA que raptaram, em Skopje, Khaled el-Masri, alemão de origem libanesa, levando-o posteriormente para o Afeganistão, onde passou sete meses. Os seus advogados estudam também a hipótese de pedir uma compensação aos EUA. Estes, por seu lado, recusam entregar qualquer agente à justiça estrangeira.

Em Espanha, um dos primeiros países onde os media denunciaram escalas dos voos secretos da CIA, decorre uma investigação para saber se os suspeitos por ali transportados foram detidos ilegalmente e torturados. Em Portugal, após as denúncias da eurodeputada Ana Gomes, o Ministério Público decidiu abrir uma investigação. Na Roménia, um dos novos membros da UE e um dos suspeitos de albergarem prisões secretas da CIA, também foi aberto um inquérito parlamentar. **IPV**

Europa investiga ‘entregas extrajudiciais’



ALEMANHA

O tribunal de Munique emitiu mandados de captura contra 13 alegados agentes da CIA acusados do sequestro de um cidadão alemão de descendência libanesa, **Khaled el-Masri**, passou cinco meses numa prisão afegã e diz ter sido torturado.

Um comité especial também está a investigar o caso do alemão de origem turca, **Murat Kurmaz**, que esteve detido quase cinco anos em Guantánamo.



ITÁLIA

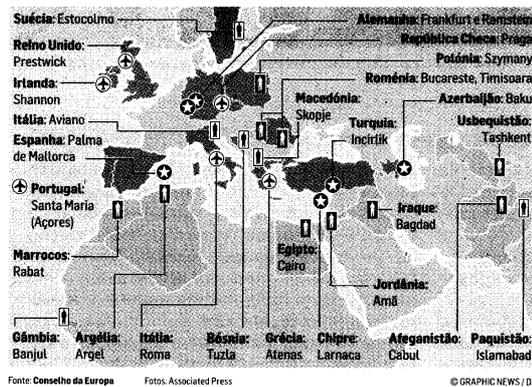
Um juiz prepara-se para decidir se existem provas para julgar 26 americanos, a maioria dos quais se acredita serem agentes da CIA, e seis italianos pelo seu papel no rapto, em 2003, do clérigo muçulmano **Hassan Mustafa Osama Nasr**, conhecido por **Abu Omar**. Libertado na semana passada de uma prisão no Egito, Abu Omar quer processar o antigo primeiro-ministro italiano Silvio Berlusconi por danos morais.

ESPAÑA Um juiz do Supremo Tribunal está a investigar se os suspeitos transportados através de aeroportos espanhóis nos voos da CIA foram detidos ilegalmente ou torturados.

Investigações estão também a ser empreendidas na **Roménia**, por decisão do Parlamento, e em **Portugal**, por iniciativa do procurador-geral da República.

Alegada rede de detenções secretas e transferências

⊕ Operações ⊕ Paragens para reabastecimento ⊕ Membros do Conselho da Europa
 ⊕ Suspeitos detidos ⊕ Centros de detenção ⊕ Outros países alegadamente envolvidos



➔ Espanha PP admite que enviou polícias a Guantánamo

O Partido Popular (PP) espanhol admitiu ontem que o Governo de José María Aznar enviou polícias espanhóis à base norte-americana de Guantánamo em 2002. Não para interrogar suspeitos de terrorismo internacional, como noticiou na véspera o *El País*, mas para verificar se havia ou não cidadãos espanhóis entre os prisioneiros. O porta-voz do PP para os Assuntos Externos, Gustavo de Aristegui, disse no Parlamento que se tratou de meras “missões diplomáticas” feitas com “conhecimento da justiça”. Algo que fontes da Audiencia Nacional, ouvi-

das pela rádio Cadena Ser, desmentiram. A máxima instância judiciária de Espanha não tem registo nem do pedido nem da concessão de autorização para a ida dos agentes à base de Cuba. Na terça-feira, o *El País* noticiou que uma equipa de polícias deslocou-se a Guantánamo em Julho de 2002, acompanhada por agentes da CIA, tendo interrogado cerca de duas dezenas de suspeitos de terrorismo, na sua maioria marroquinos. Ontem, o jornal especificou que os polícias procuravam informações sobre Mustafa Setmarián, ex-líder da Al-Qaeda em Espanha, nos anos 90,

que viria a ser detido no Paquistão em 2005. A mulher e o advogado dizem que está, actualmente, numa das prisões secretas da CIA. As notícias caíram como bombas em Estrasburgo e ontem, após a votação do relatório, a porta-voz dos socialistas espanhóis no Parlamento Europeu, Elena Valenciano, considerou “imoral que, enquanto o PE e todos os outros organismos internacionais condenavam Guantánamo, alguns países enviassem os seus serviços para interrogar prisioneiros”. O Partido Popular esteve no poder em Espanha entre 1996 e 2004. **Patricia Viegas**